

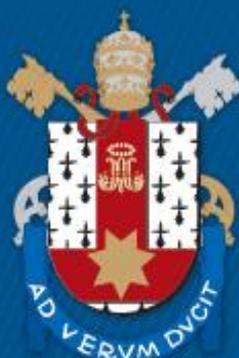
ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL

ROCHELE PEDROSO DE MORAES

**PRÁTICAS AUTOGESTIONÁRIAS EM UMA SOCIEDADE HETEROGESTIONÁRIA:
CONTRIBUIÇÕES DA FORMAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA**

Porto Alegre
2020

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE HUMANIDADES
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL

ROCHELE PEDROSO DE MORAES

**PRÁTICAS AUTOGESTIONÁRIAS EM UMA SOCIEDADE
HETEROGESTIONÁRIA: CONTRIBUIÇÕES DA FORMAÇÃO EM ECONOMIA
SOLIDÁRIA**

Orientadora: Profa. Dra. Gleny Terezinha Duro Guimarães

Porto Alegre/RS

2020

ROCHELE PEDROSO DE MORAES

**PRÁTICAS AUTOGESTIONÁRIAS EM UMA SOCIEDADE
HETEROGESTIONÁRIA: CONTRIBUIÇÕES DA FORMAÇÃO EM ECONOMIA
SOLIDÁRIA**

Tese apresentada como requisito para a obtenção do grau de Doutora pelo Programa de Pós-Graduação do Curso de Serviço Social, Escola de Humanidades, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Profa. Dra. Gleny Terezinha Duro
Guimarães

Porto Alegre/RS

2020

Ficha Catalográfica

M827p Moraes, Rochele Pedroso de

Práticas autogestionárias em uma sociedade heterogestionária :
contribuições da formação em Economia Solidária / Rochele Pedroso de
Moraes. – 2020.

150 f.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social,
PUCRS.

Orientadora: Profa. Dra. Gleny Terezinha Duro Guimarães.

1. Economia Solidária. 2. Formação. 3. Heterogestão. 4. Práticas
Autogestionárias. 5. Trabalho. I. Guimarães, Gleny Terezinha Duro. II.
Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Bibliotecária responsável: Clarissa Jesinska Selbach CRB-10/2051

ROCHELE PEDROSO DE MORAES

Tese apresentada como requisito para a obtenção do grau de Doutora pelo Programa de Pós-Graduação do Curso de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em: ____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Gleny Terezinha Duro Guimarães – PUC (Orientadora)

Profa. Dra. Beatriz Gershenson – PUC

Profa. Dra. Dóris Maria Luzzardi Fiss – UFRGS

Profa. Dra. Adriane Vieira Ferrarini – Unisinos

Porto Alegre

2020

AGRADECIMENTOS

Agradeço

À minha amada família pelo apoio, carinho e cuidado comigo, para que eu tivesse forças, alcançasse minha qualificação nos estudos e nos meus objetivos profissionais.

À minha orientadora Gleny Terezinha Duro Guimarães, que me acompanha na vida acadêmica, desde a Graduação à Pós-Graduação em Serviço Social; pelo apoio, confiança e estímulo para (re)construção da Tese.

À professora Beatriz Gershenson, pela reflexão sobre a necessidade de reestruturação da Tese e incentivo de permanência de investimento intelectual, no estudo sobre a Economia Solidária, em tempos difíceis que vivemos.

À professora Dóris Maria Luzzardi Fiss, pelo apoio e construções de caminhos ainda a serem trilhados, no encontro comigo enquanto pesquisadora social.

À professora Adriane Vieira Ferrarini, pelos questionamentos na busca da Tese da Tese, sobre a formação em Economia Solidária.

À Capes, pela oportunidade e investimento, através de recursos públicos no meu processo de doutoramento 2016/2020.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001” (“This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001”).

Que eu consiga ser multiplicadora desses saberes acumulados, no processo de ser pesquisadora no Brasil, na área das Humanidades - Serviço Social com muito orgulho e paixão.

Cordel da Economia Solidária

Vem crescendo um movimento,
na cidade, no campo, no sertão,
com o povo se organizando
prá mudar a situação
e traçar o seu destino
com as suas próprias mãos

Nasceu da necessidade
de sair da exclusão,
do sonho acalentado
de ser seu próprio patrão,
de se libertar enfim,
do julgo da exploração

A Economia Solidária
é ponte sobre o abismo
crescendo fortalecida
pelo cooperativismo
construindo alternativas
ao cruel capitalismo

Essa alternativa surge
no seio da classe operária,
que cansada de viver
em situação precária
vem mudando esse país,
por uma via solidária

Os dados estão mostrando,
não dá mais prá ignorar
os números são crescentes
não se pode contestar
a Economia Solidária
está marcando seu lugar

Seja no café, no almoço,
na merenda, no jantar
a mesa fica bonita
dá gosto de admirar
é a Economia Solidária
entrando aí no teu lar

Essa nova economia,
é fator de inclusão
está ajuntando excluídos
criando cooperação
tirando do anonimato
transformando em
cidadão

É uma nova dinâmica,
redesenhando o país
onde havia gente triste
o povo hoje é feliz
está plantando, está
colhendo
do jeito que sempre quis,

Esse novo aprendizado
revela grandes atores
são tantos talentos
brotando
nos mais diversos
setores
aqueles que eram
empregados
viraram empreendedores

É uma nova direção
o sentido é diferente
em vez de mudar de
lugar
a gente muda o
ambiente
onde antes não dava
nada
garante o sustento da
gente

É preciso que o governo
preste aí mais atenção,
a Economia Solidária
está mostrando a direção
está gerando emprego e renda
reduzindo a exclusão

Esse novo sentimento
mobiliza o cidadão
mexe com quem ta parado
ergue quem está no chão
faz sonhar quem não sonhava
fortalece a união

É via que traz de volta
para o seio das famílias
quem partiu, quem foi para
longe
em busca de novas trilhas
fazendo os olhos das mães
brilhar nos olhos das filhas

Prá fechar esse cordel,
medite no último verso
o home está tão desumano
mas, com carinho te peço
não precisamos destruir
prá construir o progresso

A arma do novo milênio
não é arma de verdade
não tem nem nome de arma
mas muda a sociedade
se cada um usar a sua,
a **Solidariedade**.

Luiz H.P. Silva

RESUMO

A presente Tese busca problematizar sobre as contradições existentes em práticas autogestionárias, em uma sociedade que é predominantemente heterogestionária, com contribuição da formação em Economia Solidária. Buscamos compreender como ocorrem práticas autogestionárias no campo do trabalho na Economia Solidária e seu processo formativo, inserido no contexto neoliberal. Para isso, desenvolvemos uma pesquisa teórica qualitativa, pesquisa bibliográfica e análise de exemplo, com recursos da análise documental em fonte eletrônica. Para embasar nossa construção de conhecimento, nos remetemos ao Materialismo Histórico. Os autores referência foram Antonio David Cattani, Christian Laval, David Harvey, Gaudêncio Frigoto, Karl Marx, Marcio Pochmann, Marilda Vilela Iamamoto, Moacyr Gadotti, Paul Singer, Paulo Freire, Pierre Dardot, Potyara Pereira Amazoneida, Ricardo Antunes, entre outros. O problema da pesquisa foi: Como é possível pensar em práticas autogestionárias em uma sociedade com predominância de práticas heterogestionárias? No objetivo, intencionamos: Problematizar sobre as práticas de autogestão; a formação em Economia Solidária. (anverso às práticas de heterogestão, que caracterizam a sociedade neoliberal). Nos objetivos específicos: Demonstrar quais são as contradições no enfrentamento de práticas autogestionárias na Economia Solidária, em uma sociedade heterogestionária e identificar como se configuram as formações no campo do trabalho, na perspectiva da Economia Solidária. O material de apoio, para análise de exemplo na pesquisa, foi o documento eletrônico: A política pública de Educação em Economia Solidária, através do CFES Sul, resultado da sistematização do processo de formação em Economia Solidária, apresentado pela instituição Camp, sobre a execução do Projeto CFES sul, nos anos de 2014 e 2015. Como resultado das análises, constatamos que é possível concretizar-se práticas autogestionárias, no contexto de uma sociedade neoliberal heterogestionária. A formação em Economia Solidária traz elementos relacionados a cadeia produtiva, de comercialização e da realização do consumo, assim como da constituição de uma rede de cooperação de produção e de crédito. É um processo contraditório por natureza, que exige muita resistência e aprendizados na coletividade.

Palavras-Chave: Economia Solidária; Formação; Heterogestão; Práticas Autogestionárias; Trabalho.

ABSTRACT

This Thesis seeks to problematize the contradictions that exist in self-management practices, in a society that is predominantly hetero-management, with the contribution of training in Solidarity Economy. We seek to understand how self-management practices occur in the field of work in Solidarity Economy, and its formative process, inserted in the neoliberal context. For this, we developed a qualitative theoretical research, bibliographic research and example analysis, using documentary analysis, in electronic source. To support our knowledge construction, we refer to Historical Materialism. The reference authors were Antonio David Cattani, Christian Laval, David Harvey, Gaudêncio Frigoto, Karl Marx, Marcio Pochmann, Marilda Vilela Iamamoto, Moacyr Gadotti, Paul Singer, Paulo Freire, Pierre Dardot, Potyara Pereira Amazoneida, Ricardo Antunes, among others. The research problem was: How is it possible to think about self-management practices in a society with a predominance of hetero-management practices? In the objective we intend: To problematize about the practices of self-management, the formation in Solidarity Economy, opposite to the practices of hetero-management, which characterize neoliberal society. In the specific objectives: Demonstrate what are the contradictions in facing self-management practices in the Solidarity Economy in a heterogestory society and identify how the formations in the field of work are configured in the perspective of the Solidarity Economy. The supporting material, for example analysis in the research, was the electronic document: The public policy of Education in Solidarity Economy through CFES Sul, result of the systematization of the formation process in Solidarity Economy, presented by the institution Camp, on the execution of the Project CFES sul, in the years 2014 and 2015. As a result of the analyzes, we found that it is possible to materialize self-managed practices, in the context of a hetero-managed neoliberal society. The training in Solidarity Economy brings elements related to the productive chain, commercialization and the realization of consumption, as well as the constitution of a production and credit cooperation network. It is a contradictory process by nature, which requires a lot of resistance and learning in the community.

Keywords: Solidarity economy. Formation. Heterogestion. Self-managed practices. Job.

LISTA DE SIGLAS

Associação Brasileira de Normas e Técnicas (ABNT)
Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (Cadsol)
Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ)
Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários do Brasil (Unisol Brasil)
Centro de Assessoria Multiprofissional (Camp)
Centro de Formação em Economia Solidária (CFES)
Conferência Nacional da Economia Solidária (Conaes)
Congresso Internacional de Economia Solidária (Conpes)
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)
Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese)
Economia Solidária (ES ou EcoSol)
Empreendimentos Econômicos Solidários (EES)
Empresas Recuperadas por Trabalhadores (ERT)
Entidades de Apoio e Fomento (EAF)
Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES)
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)
Movimento Nacional de Economia Solidária (MNES)
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC RS)
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS)
Organização das Nações Unidas (ONU)
Rede de Investigadores Latino-Americanos de Economia Social e Solidária (Riless)
Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes)
Sistema de Pesquisa da PUC (Sipesq)
Sistema Integrado de Economia Solidária (SIES)
Universidade Estadual do Paraná (Unioeste)
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)
Universidade Federal dos Pampas (Unipampa)
Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
1.1	OBJETO DE PESQUISA	13
1.2	MAPEAMENTO BIBLIOGRÁFICO.....	17
1.3	A TRAJETÓRIA DA PESQUISADORA COM A ECONOMIA SOLIDÁRIA	19
1.4	CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	21
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	22
	REFERÊNCIAS.....	31

1 INTRODUÇÃO

A presente Tese é resultado de uma pesquisa teórica sobre as práticas autogestionária e a Economia Solidária, anverso às práticas heterogestionárias, vivenciadas numa sociedade neoliberal. Este estudo é requisito para o processo de Doutorado em Serviço Social, desenvolvido entre 2016 a 2020. A pesquisa está vinculada ao Serviço Social; Políticas e Processos Sociais; pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social; (através do Curso de Serviço Social, na Escola de Humanidades, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul).

Iniciamos a Tese com a parte introdutória, apresentando o objeto e a caracterização da pesquisa, bem como o papel da pesquisadora. No capítulo dois, trazemos reflexões (a partir da teoria social crítica) sobre a sociedade neoliberal e o campo do trabalho; o capitalismo; o neoliberalismo; as práticas heterogestionárias; o capital humano e o trabalhador empreendedor. Os estudos tiveram como base teórica os seguintes autores: Antonio David Cattani, Christian Laval, David Harvey, Karl Marx, Marilda Vilela Iamamoto, Pierre Dardot, Raúl Carvalho, Ricardo Antunes, entre outros. No capítulo três, apresentamos estudos sobre a Economia Solidária, a partir de autores como: Lia Tiriba, Luiz Inácio Gaiger, Marcos Arruda, Moacyr Gadotti, Paul Singer, Paulo Freire. Também realizamos pesquisas nos arquivos do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, da Secretaria Nacional de Economia Solidária, do Camp, entre outros. Apresentamos uma análise de exemplo, a partir da sistematização de experiência do Camp, sobre formação em Economia Solidária. No capítulo quatro, construímos algumas considerações finais. Após as referências, a Tese dispõe de Apêndices e Anexos.

1.1 OBJETO DE PESQUISA

Refletimos sobre o que é Economia Solidária? É uma filosofia de vida? É uma utopia, na realidade capitalista? É possível que se concretizem práticas autogestionárias em um projeto societário que é neoliberal, no sistema capitalista brasileiro? Como ocorrem as formações em Economia Solidária? Essas outras questões, que nos instigaram a pesquisar, foram sendo desveladas ao nos aproximarmos dos conceitos e registros diversos sobre o trabalho e a formação em Economia Solidária. Compreendemos que as práticas autogestionárias no campo do

trabalho fortalecem e difundem a Economia Solidária no Brasil, enquanto construção de uma política pública social, articulada com outras políticas, reduzindo a desigualdade social, através do desenvolvimento territorial sustentável.

A Economia Solidária nasceu na Inglaterra, no século XIX, segundo Singer (2002); contribuiu para que trabalhadores desempregados pudessem manter seu sustento, sem patrão; onde todos seriam iguais; com conhecimento de todo o trabalho. Em territórios locais, no Brasil, na década de 90, do século XX, o país vivenciou um período de grande efervescência sociopolítica, onde práticas autogestionárias na perspectiva da Economia Solidária ganharam visibilidade, por se apresentar como alternativa concreta e sustentável na sociedade neoliberal heterogênea, no campo do desenvolvimento humano, econômico, social e cultural. Assim como práticas de Educação Popular, voltadas aos trabalhadores.

Os princípios da Economia Solidária, de cooperação, autogestão, democracia, liberdade, solidariedade, atividades produtivas e preservação da natureza, são pressupostos básicos para nortear os trabalhadores, consumidores, gestores públicos e a sociedade em geral. A atuação dos movimentos sociais e as ações organizativas da sociedade civil, em comunidades em risco e vulnerabilidades sociais, contribuíram para o fortalecimento, ou surgimento, de formas cooperativas de gerenciamento do trabalho, através da Economia Solidária.

Experiências de formação, na perspectiva da Educação Popular, têm proporcionado aos trabalhadores, crescimento enquanto seres humanos, qualificação voltada para o trabalho, por busca de resultados financeiros positivos, entre outros. Os relatórios das Conferências e Plenárias em Economia Solidária, desde 2006, contém os registros de demandas por ampliação e qualificação de espaços formativos, direcionados aos trabalhadores, impulsionando as práticas autogestionárias.

Compreendemos que o tema emergiu na leitura da realidade social, especialmente nas escutas realizadas dos trabalhadores da Economia Solidária, nas pesquisas desenvolvidas entre 2013 e 2014 e posteriormente, no espaço do Fórum Social das Resistências, realizado em Porto Alegre, com espaços de discussão sobre a Economia Solidária, no ano de 2017. Quando existem práticas cooperadas e

autogestionárias, os trabalhadores expressam¹ sentimento de alegria, de satisfação em ser produtivo, com produtos e serviços que preservam a natureza; existe alegria; sem o sentimento de exploração exacerbado, que adocece o trabalhador, mesmo com muitas horas dedicadas ao trabalho.

A curiosidade de pesquisadora social, assim como a tarefa de contribuir como assistente social², impulsionaram a produção de um estudo, que retratasse o tema da formação de trabalhadores em Economia Solidária. O que nos motivou foram as vivências sociais e as aproximações teórico-práticas sobre essa temática. Existe uma identidade entre o sujeito que pesquisa e o objeto pesquisado; uma relação dinâmica; uma ideologia de produção de conhecimento. Tínhamos um questionamento sobre qual a concepção de formação em trabalho que estava sendo considerada no campo da política pública de Economia Solidária.

O pesquisador realiza leituras, micro e macro societárias, buscando conexões com o objeto em estudo, socializando estudos que possam contribuir na realidade social. Por essa razão, buscamos no processo de doutoramento o desenvolvimento da pesquisa. O pesquisador tem uma tarefa ética sobre o tema em estudo e as possíveis contribuições na produção do conhecimento devolvido à sociedade. Essa é a tarefa! Suscitar o debate social, para fortalecer o processo de formação na política pública de Economia Solidária no Brasil.

Estudamos o documento 1.º Plano Nacional de Economia Solidária 2015 a 2019, elaborado após a III Conferência Nacional de Economia Solidária, de 2014. Encontramos algumas diretrizes e ações para o desenvolvimento da educação em Economia Solidária. Buscamos saber se os elementos contidos em sistematizações sobre o processo de formação em trabalho de trabalhadores da Economia Solidária estariam numa perspectiva de Educação Popular à luz dos estudos de Paulo Freire, com o processo formativo voltado às práticas autogestionárias e ampliação de conhecimentos, a partir das demandas trazidas pelos próprios trabalhadores da Economia Solidária. Essas definições foram construções coletivas, desenvolvidas nos espaços das Plenárias e Conferências Municipais, Regionais, Estaduais e Nacionais em Economia Solidária. Questionamos se o processo de formação em

¹ Diário de Campo, produzido em 19 de julho de 2014, na facilitação do debate “Café Solidário”, a convite da Incubadora de Empreendimentos Solidários e Tecnologia Social da PUC RS, no espaço da Feira Internacional de Economia Solidária, em Santa Maria, Rio Grande do Sul.

² É uma profissão composta por profissionais liberais, que estão inseridos na divisão sociotécnica do trabalho e são normatizados pela Lei de Regulamentação da Profissão, pelo Projeto Político Profissional e pelo Código de Ética.

Economia Solidária traria uma concepção heterogestionária; conservadora; de transmissão de conhecimento; de hierarquia vertical; com conteúdo definido a partir de um programa distante da realidade e das necessidades dos trabalhadores da Economia Solidária.

O problema da pesquisa apresentou-se na seguinte questão: Como é possível pensar em práticas autogestionárias, em uma sociedade com predominância de práticas heterogestionárias? No objetivo geral intencionamos: Problematizar sobre as práticas de autogestão, da formação em Economia Solidária, anverso às práticas de heterogestão, que caracterizam a sociedade neoliberal. Nos objetivos específicos: Demonstrar quais são as contradições no enfrentamento de práticas autogestionárias na Economia Solidária em uma sociedade heterogestionária; e identificar como se configuram as formações em Economia Solidária.

As questões norteadoras buscaram responder se: existem elementos no processo de formação em Economia Solidária, na perspectiva da autogestionária? É uma formação que rompe com a heterogestão? Se sim, como? Qual é a metodologia utilizada na formação em Economia Solidária presente em sistematizações de formação em Economia Solidária? Como ela é proposta? Quais conteúdos registra como fundamentais?³

Entendemos como tema relevante no sentido de ser uma expressão da questão social, por trazer novos significados para a sociedade contemporânea enquanto investimento nas relações humanas, no campo do trabalho. Carvalho (2015), ressalta que, o papel do pesquisador deve considerar que a pesquisa exerce uma função social, compromisso da categoria profissional do Serviço Social com a sociedade, no exercício do desenvolvimento técnico-científico. Sendo assim, a pesquisa tem um papel de suma importância na transformação social. A sociedade amplia debates e qualifica seus conhecimentos por meio da pesquisa.

Para subsidiar este estudo, buscamos os teóricos no Materialismo Histórico embasando a construção do conhecimento dialeticamente. Foi necessário conhecer as produções existentes sobre a temática estudada, para construir uma pesquisa de relevância social. Esperamos que este estudo possa contribuir teoricamente, trazendo subsídios para a política nacional de Economia Solidária. O debate social

³ Desenho de pesquisa, contido no Apêndice A.

sobre práticas autogestionárias à luz da Educação Popular é essencial, nas sociedades heterogêneas.

1.2 MAPEAMENTO BIBLIOGRÁFICO

Organizamos um processo de mapeamento bibliográfico, com a heterogeneidade do conjunto de *corpus*, que encontramos a partir da ferramenta OMNIS, acessando uma diversidade de fontes de informações de bases de dados, como o Portal Capes e a Base de Dados de Teses e Dissertações. O período pesquisado foi entre 2000 e 2020, ou seja, os últimos 20 anos. Realizamos levantamento nos Periódicos do Banco de Dados da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), localizamos 326 trabalhos, sobre Economia Solidária, em diversas formas e contextos. Refinamos a busca, por produções somente no Brasil sobre o assunto: formação de trabalhadores em Economia Solidária. Encontramos 72 produções, com assuntos diversos. (Anexo 1). Selecionamos, por significação de conteúdo, dois artigos de Lia Tiriba, que são de suma relevância: “Educação popular e pedagogia(s) da produção associada” (2007) e “Cultura do trabalho, autogestão e formação de trabalhadores associados na produção: questões de pesquisa” (2009) trazendo contribuições reflexivas sobre a formação humana, conectada a formação popular solidária. Também encontramos produção de Gaiger, Ferrarini e Veronese (2018) sobre EES.

Pesquisamos com o descritor: formação *and* trabalho *and* Economia Solidária. Foram localizadas dez publicações, entre 2006 e 2018. Identificamos cinco produções de relevância sobre a temática: o livro do autor Marcos Arruda, em 2006: “Tornar real o possível: A formação do ser humano integral: Economia Solidária, Desenvolvimento e o Futuro do Trabalho”; a Tese de Doutorado em Serviço Social, pela PUCRS, em 2009, produzida por Karen Eidelwein, posteriormente a publicação do livro, em 2011: “Economia Solidária: a produção dos sujeitos (des)necessários”; o livro do autor Enio Waldir da Silva *et al.*: “Educação popular e políticas públicas: reflexões, a partir de diferentes lugares e olhares”, publicado em 2016; a Dissertação de Mestrado em Serviço Social: “Ideologia no cotidiano do trabalho associado”, publicada em 2018, pelo autor Alexander Chagas Leitão, através do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS.

No terceiro levantamento os descritores foram: Educação Popular *and*

Economia Solidária. Encontramos quatro registros, sendo três de relevância. Duas obras já foram citadas acima, dos autores Silva *et al.* e Leitão. A terceira produção é um livro, publicado em 2010: “Educação e economia popular solidária, mediações pedagógicas do trabalho associado”, pelo autor Telmo Adams, onde o autor registra sua experiência, através da pesquisa, realizada com a Associação dos Recicladores de Dois Irmãos, no RS, registrando as visões dos sujeitos, bem como os saberes mobilizados, no trabalho associado.

No quarto levantamento utilizamos o descritor: Economia Solidária. Localizamos 110 registros, sendo de relevância três produções. Duas citadas acima, dos autores Eidelwein e Leitão, a terceira foi o livro: “Educação para uma economia do amor, educação da práxis e economia solidária”, publicado em 2009, por Marcos Arruda. No quinto levantamento utilizamos o descritor: Heterogestão *and* Autogestão, sendo identificado o estudo do Alexander Chagas Leitão, referido anteriormente.

Acessamos outra fonte, denominada de Revista Outra Economia, que traz publicações sobre a temática específica da Economia Solidária nacional e internacional. Indexada no Diretório de Periódicos do Latindex. Esta revista surgiu em 2007, produzida pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), no Brasil. Foi à primeira revista Latino-Americana. Rede de Investigadores Latino-Americanos de Economia Social e Solidária (Riless). No mapeamento, utilizamos o descritor: formação *and* Economia Solidária. Encontramos 26 registros, sendo dois de relevância. O artigo da autora Adriane Vieira Ferrarini, publicado em 2011: “Política pública brasileira de formação de formadores de trabalhadores em economia solidária: fundamentos, avanços e desafios”, que traz o debate sobre a política pública brasileira e formação em Economia Solidária, as crescentes demandas educativas e gerenciais, culminando na implantação dos Centros de Formação em Economia Solidária (CFES), em 2009, pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes). Os CFES são destinados à formação de formadores, educadores e gestores públicos que atuam com Economia Solidária. E a resenha do autor Pedro de Almeida Costa, publicada em 2015: “A formação de sujeitos nas experiências de Economia Solidária: mais do que um tijolo na parede”.

Realizamos um levantamento bibliográfico na revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC RS: Textos & Contextos (Porto Alegre), buscamos pelo descritor: formação *and* Economia Solidária, mas não foram

encontrados registros. Na busca com o descritor: Economia Solidária, identificamos sete artigos, mas nenhum retratava sobre a temática da formação em trabalho *and* Economia Solidária.

1.3 A TRAJETÓRIA DA PESQUISADORA COM A ECONOMIA SOLIDÁRIA

Para compreensão do porquê da escolha temática sobre a Economia Solidária e o processo de formação, voltado as práticas de autogestão, elaboramos um breve resgate histórico sobre a temática da Economia Solidária, e sua presença na vivência profissional e acadêmica desta pesquisadora. Na década de 1990, do século XX, o Brasil experienciou um momento de efervescência dos movimentos sociais (SILVEIRA, 2000). Ressurgiram debates sobre a Economia Solidária, como estratégia de sobrevivência nas comunidades locais.

Na comunidade do Bairro Rubem Berta, cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, existiam práticas de troca-troca e de moeda social, realizadas desde 1995. Nesta mesma época, em 1996, a Justa Trama⁴, que é um Empreendimento de Economia Solidária, de alcance nacional e internacional, construiu a sede em frente à casa da avó paterna. Por este motivo, visualizávamos ações de trabalho, de um grupo de mulheres da comunidade, que falavam sobre Economia Solidária. (Anexo 2). Descobrimos sobre esta estratégia de desenvolvimento econômico, social e cultural. Passamos a consumir produtos produzidos e comercializados, com esse viés de práticas autogestionárias, solidárias e de preservação ambiental de grupos (formais e informais), que atuavam na perspectiva do trabalho associativo, cooperativo e solidário.

Socializamos esse conhecimento estratégico, de geração de trabalho e renda, nas comunidades em vulnerabilidade social, as quais tínhamos intervenção, como Assistente Social. Em 2007, coordenamos um Projeto Social, com produção de artigos artesanais, na perspectiva da autogestão e das práticas solidárias, com um grupo de mulheres, através de instituição filantrópica em comunidade com situação de risco, em Porto Alegre. Em 2009, coordenamos um trabalho, de geração de trabalho e renda, atuando em órgão governamental, no município de Gravataí, com comunidades em risco e vulnerabilidades sociais. Desenvolvemos ações sociais, de

⁴ Sobre o EES, ver em: www.justatrama.com.br.

inclusão produtiva, norteadas pelo paradigma das práticas de Economia Solidária.

Novamente, houve aproximação com a temática da Economia Solidária, no Mestrado em Serviço Social, entre os anos de 2013 e 2014. Contribuímos no desenvolvimento de duas pesquisas, conduzidas pela professora Gleny Terezinha Duro Guimarães, através do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Assistência Social, que retratavam a temática da Economia Solidária: “A arte da criatividade no reaproveitamento de banners: um estudo de caso com uso de tecnologia social. Foram realizadas entrevistas, com cooperadas de uma cooperativa formada, que produziam artigos diversos, com reaproveitamento de banners. Esse grupo estava em processo de incubação, através da Incubadora de Empreendimentos Solidários e Tecnologia Social da PUCRS. A outra pesquisa: “Feiras de Economia Solidária: possibilidades e limites no processo de comercialização”, possibilitou intervenção com participantes da Economia Solidária, através da técnica de entrevistas e observação participante, com cooperados que comercializavam seus produtos em espaços de feiras de Economia Solidária. Nessas duas pesquisas, desenvolvemos parceria com a Incubadora da PUCRS. Produzimos artigos, que foram apresentados e publicados em diversos espaços. (APÊNDICE B).

Em setembro de 2014, nos associamos a Cooperativa de Sociólogos Solidários do Brasil (Coopssol Brasil), que é um empreendimento de trabalho associado e multidisciplinar, localizado no município de Porto Alegre, com atuação desde 2007. Pesquisamos Editais, com recursos públicos, com objetivo de executar projetos técnicos sociais. Atuamos, no ano de 2015, em dois projetos sociais: na área da Habitação de Interesse Social, no município de Sapiranga e no projeto “Consumo Responsável”, em comunidades com risco e vulnerabilidade social, que recebiam água encanada, pelo Departamento Municipal de Água e Esgotos, em Porto Alegre.

Trabalhar na perspectiva da Economia Solidária é para os fortes! Requer dedicação, esforço, visão de mundo em busca de justiça e equidade social. Exige do trabalhador aquisição de conhecimentos, em áreas da Administração, da gestão e de todos os processos que envolvem o trabalho. A busca pela satisfação no trabalho envolve afetividade, além de reconhecimento da nossa humanidade, que está em permanente construção. Em 2015, no I Conpes, Paul Singer nos encorajou a retomar os estudos, sobre a temática da formação de trabalhadores na Economia

Solidária. Lembro-me que ele disse, que para um grupo ou EES dar certo, o processo de formação estaria, permanentemente, presente. Os desafios cotidianos, enfrentados pelos empreendimentos econômicos solidários, são muitos. Perpassam as relações sociais, a organização da vida privada do trabalhador, além das dificuldades no processo de produção, comercialização e sustentabilidade do negócio.

1.4 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Produzimos uma pesquisa de natureza qualitativa. Para Minayo (2002, p. 22) a “abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas”. Nas Ciências Sociais Aplicadas, como na área do Serviço Social, os estudos qualitativos permitem maior aproximação com o objeto de pesquisa.

No percurso deste estudo, utilizamos a técnica da análise documental, que é uma pesquisa em fontes primárias, que não passaram por tratamento científico, ou seja, são dados originais, por exemplo: livros, revistas, documentos legais, arquivos em mídia eletrônica, entre outros. Os fatos encontrados nos documentos devem ser mencionados e interpretados. As informações devem ser sintetizadas, fazendo inferências e conectando a uma estrutura teórica. A análise deverá refletir e debater sobre o tema em estudo, contendo as informações coletadas no processo de análise do material da pesquisa. (PRATES, 2009; SÁ-SILVA, 2009).

Na construção da Tese, buscamos por documentos disponibilizados em ambiente virtual, para a coleta e análise de informações. Estabelecemos nos critérios de seleção do material, que esses registros deveriam ser recentes, contendo relatos de experiências concretas no campo da formação, que a formação fosse direcionada aos trabalhadores, participantes da Economia Solidária, cuja região fosse a do sul do Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na construção da Tese de Doutorado em Serviço Social é necessário escolher um tema e delimitá-lo. A escolha foi sobre a formação em Economia Solidária, na perspectiva autogestionária. Encontramos algumas produções, sobre a temática em questão em bases de dados de relevância científica. Nos aproximamos de autores, que são reconhecidos, pela *expertise* sobre o tema.

No processo de pesquisa, o pesquisador: observa; descreve; reflete; interpreta; amplia a capacidade de realizar descobertas e de construir novos sentidos, na relação entre a teoria e a prática. Buscamos construir uma nova relação científica como pesquisadora social. O processo de pesquisa é um ato político. No processo de desenvolver uma pesquisa, o pesquisador é um sujeito político. Portanto, não existe neutralidade no processo de produção de uma pesquisa.

Temos a certeza de que os estudos científicos devem ter o compromisso ético de levar, para o interior dos movimentos sociais, os conhecimentos produzidos, no intuito de qualificar essa produção científica e contribuir na transformação societária, ao propiciar espaços de reflexão aos trabalhadores da Economia Solidária e aos movimentos sociais, principalmente dentro do Movimento Nacional da Economia Solidária. Conforme Demo (2002, p. 10), “a vida acadêmica autêntica é um processo permanente de construção científica, com vistas a formas mais competentes de intervenção na realidade, unindo teoria e prática”. Na elaboração de uma Tese, como traduz Eco (1998, p. 32), “o que importa é a experiência”. E esta construção de conhecimento foi um grande aprendizado! Com desejo de continuação!

Retornemos ao ponto de partida desta Tese. No modo de produção capitalista, a sociedade vivencia a divisão de classes, na relação entre o capital e o trabalho. Esse sistema desigual está vivo pela e na exploração da classe que vive do trabalho em detrimento da classe burguesa. A classe trabalhadora está em constante luta. Os trabalhadores necessitam suprir as necessidades mínimas, para sua sobrevivência. O ser social se transforma em ser alienado, cooptado, sugado e subalternizado pelo sistema de exploração do homem pelo próprio homem. Assim, os trabalhadores estão sujeitos aos limites e desafios, que são impostos no mundo do trabalho.

Como exercer o trabalho na perspectiva autogestionária na Economia Solidária em uma sociedade que é embasada pelo projeto neoliberal, no modo de

produção que é capitalista? Qual o significado para formação no campo do trabalho? Compreendemos que é um conceito que nos remete a busca por novos conhecimentos, com aprendizagens em relação ao cotidiano teórico-prático, na dimensão do trabalho. Adams (2010), ao produzir conhecimento a partir da pesquisa, realizada com trabalhadores da Associação dos Recicladores de Dois Irmãos (ARDI), identificou diversos saberes, necessários para a construção de saberes no ambiente de trabalho associado.

- Saberes organizacionais: estrutura legal que exige conhecimento da legislação, elementos essenciais da gestão participativa, princípios de organização do trabalho coletivo, desenvolvimento de capacidades para o assumir corresponsável;
- Saberes relacionais: aprendizado do diálogo, da comunicação, postura de abertura para a crítica-autocrítica, explicitação e enfrentamento de conflitos, respeito e valorização das diferenças (ideias, maneiras de ser), contribuição no clima de bem-estar, bem-querer, disposição e esforço para vivenciar relações de igualdade de gênero, superando o machismo (preconceitos contra a mulher), humanização do ambiente;
- Saberes técnicos na produção: compreensão do processo produtivo como um todo (na sua interdependência), saber distinguir os tipos de materiais (plásticos, papeis, metais etc.) para a separação adequada, as condições/metas de produtividade com garantia de associar a quantidade à qualidade, busca constante de novas formas de agregação de valor ao produto final;
- Saberes administrativo contábeis: esforço constante e coletivo para obter o melhor resultado possível em termos de valor a ser partilhado no fim do mês, controles e registros do fluxo de entrada de material e produção (partilha mensal do balancete pelos responsáveis), registro organizado e encaminhamento para contabilidade oficial;
- Saberes técnicos de comercialização: a busca da comercialização direta com indústria, relação permanente com o mercado, conquista de confiança pela qualidade do produto, estratégias de divulgação;
- Saberes ambientais: compromisso de cada associado(a) ser educador(a) ambiental primeiramente pela coerência entre princípios do local de trabalho e vivência fora dele;
- Saberes da relação com o poder público, instâncias da sociedade como escolas, conselhos de gestão de políticas públicas etc.
- Saberes políticos: avançar na compreensão do trabalho de reciclagem na sua relação com outras realidades e políticas do município, do estado, país e mundo. (ADAMS, 2010, p. 165-166).

Marx (2008; 2010), entendia que o trabalho é constitutivo do ser humano. O trabalho é inerente ao seu processo de construção das necessidades básicas da vida e do espaço para o desenvolvimento da criatividade. No século XXI as relações no trabalho são da ordem socioeconômica, perpassando o Estado, o mercado e os

trabalhadores. Ocorrem mudanças significativas no mundo do trabalho, devido aos avanços rápidos que o mundo pós-industrial vem passando. São engendradas novas estratégias de produtividade e competitividade, no desenvolvimento crescente do mercado, no cumprimento de exigências internacionais heterogestionárias. Percebemos que os trabalhadores da Economia Solidária buscam outras formas de gerenciamento de seus empreendimentos, contrários aos processos heterogestionários, ou seja, embasados por princípio autogestionários.

Refletimos sobre o que é a Economia Solidária no sistema capitalista, em um contexto socioeconômico neoliberal? Entendemos que é uma forma de produzir riqueza, ou seja, de desenvolvimento econômico, social e cultural, que tem na sua base a liberdade, a democracia, a cooperação, a solidariedade, a justiça, a equidade, a ética e o cuidado com o outro e a natureza. A Economia Solidária seria uma filosofia? Sim, pode ser considerada uma filosofia de vida. A Economia Solidária busca por conhecimento, de forma reflexiva sobre a realidade, carregando consigo a marca da coletividade, com afetividade. As práticas sociais e relacionais estão alicerçadas em princípios humanizadores, de amor, afeto, respeito, partilha, de divisão, no que se refere as atividades econômicas.

A Economia Solidária pode ser considerada uma utopia? A Economia Solidária é uma outra forma de produzir, comercializar produtos e serviços. Mas não é uma utopia, porque é se realiza na concretude da vida cotidiana de milhares de trabalhadores, que buscam seu sustento e satisfação no campo do trabalho, através da Economia Solidária, no modo de produção capitalista, do século XXI.

No século XXI, vivenciamos um contexto histórico em que o mundo do trabalho no sistema capitalista, requer cada vez mais trabalhadores polivalentes exigindo competitividade, individualização, flexibilização, como formas de manutenção do espaço de trabalho (precarizado). Também, temos a situação (mundial) de desemprego estrutural, vivida em grande escala. Situação que exige do trabalhador uma permanente vigilância e busca por novos conhecimentos.

Há uma necessidade de recriação no mundo do trabalho, que está em constante mudança com novas formas de produção. Em 2020, formas associativas e cooperativas foram necessárias. O trabalhador tem controle sobre seus processos de produção, se apropria do seu trabalho, a partir de uma autonomia que é individual, mas que, ao mesmo tempo, objetiva o coletivo, com divisão igualitária da riqueza produzida.

Arruda (2009, p. 317), nos lembra que o trabalho é um ato político. Então em busca de um ato político mais humanizante, com desenvolvimento econômico, social, cultural, a Economia Solidária tem se apresentado como outra forma de produção e de consumo. Exemplo disto são as Empresas Recuperadas, gestadas pelos próprios trabalhadores, que democraticamente e cooperativamente, conseguem desempenhar as funções empresariais, fabris, tecnológicas e de mediações com os consumidores. Os processos de trabalho são igualitários, com busca de conhecimentos que agreguem valores aos produtos e serviços, mas principalmente aos trabalhadores. E tem rendimentos, que são distribuídos entre os sócios cooperados.

Qual o valor simbólico para o dinheiro? Como criar mecanismos que atendam às necessidades humanas no mundo do trabalho? Que caminhos trilhar em relação a Economia Solidária? O que fazer para trabalhar de maneira sustentável e promissora, com autogestão e cooperação? Entendemos que a primeira atitude passa pelo processo subjetivo do trabalhador, que exige uma nova consciência de classe, à construção efetiva de novas formas de produzir e comercializar produtos e serviços. Algumas ações são imprescindíveis nesse processo construtivo, a partir de um coletivo, diverso, plural, que busca princípios humanizadores e de sustentabilidade ecológica no mundo do trabalho. É preciso colocar em prática ações de planejamento, de pesquisa, organização do trabalho, busca por novos conhecimentos, para que o negócio tenha sucesso.

Há exigência de organização socioeconômica, com análise de mercado, tendências, uso de novos recursos, que propiciem melhor aproveitamento do material de produção, materiais reaproveitados para que possam evitar desperdícios e a degradação da natureza. Importante também utilizar recursos agroecológicos entre outras questões. A produção e a distribuição de produtos e serviços precisam ter consumidores no mercado, suprindo as demandas desse consumo. A forma de comercialização, assim como a divulgação do trabalho realizado, precisa ter um amplo alcance.

Visualizamos que a Economia Solidária é uma forma alternativa de desenvolvimento sociocultural, que contribuiu na construção do homem na sua integralidade. O Estado deve ter a responsabilidade da gestão da Economia

Solidária enquanto uma política pública⁵, que precisa estar em articulação com as outras políticas públicas. Compreendemos que a política pública de Economia Solidária (em (des) construção nesse *status* de política de Estado atual), passou por um processo que fomentou a busca pela Educação Popular e práticas sociais de valorização do ser humano e de satisfação no campo do trabalho.

A relação social do capital e do trabalho no sistema capitalista é antagônica e contraditória. Existe resistência, por parte da classe trabalhadora às violências, as quais é submetida cotidianamente. E o abafamento ideológico na dimensão sócio-política, como por exemplo, o cerceamento dos espaços dos Conselhos de Direitos, esvaziamento dos Fóruns representativos da sociedade articulados com os governos descentralizados da administração pública municipal e estadual. São superações que culminam em conquistas, como no campo das políticas públicas sociais. (ONU, 2020).

O movimento social da Economia Solidária permanece ativo, na busca pela consolidação da Economia Solidária enquanto uma política pública, que deve estar articulada com as demais políticas. Redes de cooperação em Economia Solidária contribuem para o fortalecimento dos grupos e EES. O Projeto Cirandas, que teve início em 2009, foi uma Plataforma muito importante que conectou trabalhadores do Brasil, atuantes na Economia Solidária. Segundo registros do FBES encontra-se em processo de reestruturação, coordenado pela Organização Social Aldeia Mundo. (Anexo 8). Visualizamos no *site* que a última notícia é datada de 2017. O projeto em andamento, Rede Ubuntu de Cooperação Solidária, coordenado pelo Camp, no Sul do Brasil está em uma crescente, conectando trabalhadores, consumidores e a sociedade em geral.

Qual o significado da formação em Economia Solidária? Entendemos que a formação em Economia Solidária é praticada por ações governamentais e não governamentais, através de recursos públicos⁶ e de organismos sociais (nacionais e internacionais). Percebemos que as cooperativas e grupos associados buscam qualificação profissional. E que os espaços sindicais e as organizações sociais,

⁵ A Política Nacional de Economia Solidária está em vias de se efetivar, com a aprovação do Senado. (AGÊNCIA SENADO, 2019).

⁶ A interlocução do Estado com a sociedade encontra-se em constante disputa, conforme os interesses do mercado. Temos presenciado o desmonte do orçamento público, na força do mercado na relação entre o Estado e a sociedade. O Estado, não otimiza os espaços públicos, como por exemplo, os imóveis públicos abandonados, que poderiam suprir com estrutura física para a realização das formações aos trabalhadores.

historicamente, proporcionam diversas formações direcionadas aos trabalhadores.

No Brasil, governos municipais e estaduais têm histórico de investimento público, desde a década de 1990, destinados à formação de trabalhadores, na perspectiva da Economia Solidária. Algumas demandas, que foram deliberadas em Plenárias e Conferências de Economia Solidária, também foram contempladas. Podemos citar, a implantação dos Centros de Formação Regionais e Nacional de Economia Solidária, no ano de 2009, bem como documento do 1º Plano Nacional de Educação em Economia Solidária, a ser inserido nos Planos Municipais, Estaduais e do Distrito Federal.

Existem conquistas no campo da Educação Popular, através do Movimento da Economia Solidária no Brasil, no que se refere à política pública de Educação Popular e a formação em Economia Solidária. Adams (2010, 185), constata que na balança desigual da Economia Solidária à lógica capitalista hegemônica, a contribuição da primeira seja de ousar desenvolver formação dos trabalhadores no viés das práticas autogestionárias. A formação do conhecimento fortifica a construção das políticas públicas, contribuindo para outras formas alternativas de economia, para além da economia a serviço do capitalismo.

Os Centros Regionais e o Centro Nacional de Formação em Economia Solidária estão com suas atividades limitadas. Mas no campo das resistências, algumas ações formativas em 2020, ganharam com o advento da pandemia do Coronavírus, como, por exemplo, as formações na modalidade à distância, facilitadas pelo Camp, ou *lives*, como no caso da Unisol Brasil (Anexo 9).

Percebemos que se faz necessário investimento público na área da formação em Economia Solidária pelo viés da Educação Popular. Há possibilidade de redução da pobreza, e conseqüentemente das desigualdades sociais, com descentralização socioterritorial, desenvolvimento local, pela intervenção direta de políticas públicas, através da formação em trabalho, direcionada aos atores da Economia Solidária, ou seja, à classe trabalhadora, para consolidação da Economia Solidária enquanto política pública nos âmbitos municipal, estadual, territorial e federal. Constatamos que a formação dos trabalhadores da Economia Solidária é elementar, ocorre de maneira pontual, e sem continuidade. A execução é por projetos, desenvolvidos por entidades parceiras, que são contratadas por meio de Edital, Termos de Fomento e Colaboração, citamos como exemplo: a Rede Marista, o Camp, a Capina e a Cáritas.

Compreendemos que, a desigualdade social ocorre pela disparidade na

distribuição e redistribuição das riquezas, que são socialmente produzidas. Além da diferença de investimento no trabalhador, para que as necessidades básicas da sociedade sejam suprimidas. visualizamos o desenvolvimento de práticas autogestionárias, de compartilhamento de saberes e vivências dos trabalhadores em Economia Solidária. Constatamos que prática política transforma as relações sociais. Identificamos que a demanda dos trabalhadores da Economia Solidária é por uma formação que se aproxime das suas necessidades, no que se refere ao mundo do trabalho.

Há necessidade em formação na perspectiva autogestionária, com temas que perpassam a dimensão cotidiana dos trabalhadores em Economia Solidária, como o comércio justo, solidário, de aquisição de conhecimentos em novas tecnologias sociais, de sustentabilidade socioambiental, que possibilite condições para o viver com dignidade. A formação em Economia Solidária deve perpassar pela troca de experiências, valorizando e disseminando o conhecimento produzido e contribuindo para o aprendizado organizativo do processo de produção e comercialização dos produtos e serviços, no âmbito da Economia Solidária, como estratégia de desenvolvimento socioterritorial.

É fundamental que o processo de resistência, da “classe que vive do trabalho”, se mantenha fortalecido, segundo apontamentos de Antunes (2001). Espaço legítimo de estratégia de resistência e de sobrevivência, por meio do trabalho associado e cooperado, que continua essencial, e urgente no século XXI. Ammann (2003, p.124), ressalta que o trabalho tem um papel fundamental na “afirmação do ser social e sua determinação nos processos históricos, que geram (ou não) a exclusão social”. A sociedade busca pelo trabalho que satisfaz, lutando pela consolidação dos direitos humanos, sociais, políticos, econômicos, culturais e ambientais, que se traduzem em esperança de humanidade.

Cattani (2000), produz uma reflexão profunda e tocando em relação ao sentido do trabalho.

A atividade produtiva continua sendo um dos referenciais centrais na organização da sociedade, a forma estruturante das identidades e das sociabilidades. [...] o trabalho é uma experiência social. [...]. Ele pode ser fonte de satisfação, por permitir participar da obra produtiva geral, e fonte de verdadeiro prazer, por possibilitar a realização de objetos ou tarefas úteis para a sociedade. O trabalho pode ser, também, ato de criação que corresponde a vocação dos indivíduos e

às suas tendências mais profundas e, nesse sentido, pouco importa se ele se concretiza pelo esforço físico ou mental. Trabalhar significa viver, sair do discurso e da representação para se confrontar com o mundo. (CATANNI, p. 33; 140).

Vivemos em uma democracia, renascida a promulgação da Constituição Federativa do Brasil, em 1988, pela luta dos cidadãos. Zatti (2007, p. 51), reflete que a democracia se configura em “ilusão que oculta a realidade e mantém situações de privilégio, opressão, heteronomia”. Segundo Cattani (2000, p. 34), “a construção das alternativas é estimulada por ideias diretrizes como emancipação, autonomia e autovalorização”. A busca pela humanidade se torna fundamental.

Privada da capa protetora de instituições democráticas viva se ameaçadas por todo tipo de desarticulação social, uma força de trabalho descartadas e volta inevitavelmente para outras formas institucionais por meio das quais construir solidariedade sociais exprimir a vontade coletiva. (HARVEY, 2005, p. 184).

Atitudes em busca de uma ética libertária, com organização social e mudança de si, reforçam o campo dos direitos, contribuindo para construção de uma sociedade igualitária e, conseqüentemente, reduzindo a desigualdade social. A consciência humana é a grande arma de luta. A sociedade brasileira resiste com e pela autonomia, clama por justiça, liberdade, democracia, equidade social e participação ativa à dignidade humana.

O campo do trabalho é uma relação de codependência mercantilizada no processo de produção de bens e serviços, em uma balança que é desigual, de predominância heterogestionária. O que difere na relação contraditória do trabalho x capital são as práticas autogestionárias, materializadas nas relações sociais, de construção de subjetividade do trabalhador, que encontra forças de resgate de sua humanidade na coletividade.

A forma de produzir riqueza, ainda que inserida no sistema capitalista, de ideologia neoliberal, ocorre por meio do trabalho compartilhado, com construções cotidianas em busca de uma horizontalidade nas relações, envolvendo todo o grupo pertencente, a todos os processos, que são participativos e de decisões coletivas. A Tese da Tese é que a dimensão da formação no campo do trabalho se constitui elemento central para as práticas autogestionárias, principalmente quando o processo é embasado pelos princípios da Economia Solidária, direcionada aos

trabalhadores. Os elementos heterogestionários dificultam o trabalho na autogestão, com princípios humanizadores, de cooperação, solidariedade, de ética, de justiça e equidade social.

Como resultado deste estudo, através da pesquisa teórica e da análise da experiência de formação em Economia Solidária, facilitada pela organização social Camp, fica demonstrado que é possível concretizar-se práticas autogestionárias, no contexto de uma sociedade heterogestionária. A formação em Economia Solidária traz elementos relacionados a cadeia produtiva, de comercialização e da realização do consumo, assim como da constituição de uma rede de cooperação de produção e de crédito.

O tempo e o espaço de cada trabalhador são únicos. Há uma sustentação no campo da subjetividade, da resistência, na busca e na construção de novos aprendizados, de compartilhamento de saberes, que são inerentes a ancestralidade humana. Freire (1987, p. 46), reflete que “ninguém educa ninguém; ninguém educa a si mesmo; os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”. É um processo contraditório por natureza, que exige muita resistência e aprendizados na coletividade.

REFERÊNCIAS

ADAMS, Telmo. **Educação e Economia Popular Solidária: mediações pedagógicas do trabalho associado**. Aparecida - SP: Ideias & Letras, 2010.

ADAMS, Telmo. Educação na Economia Solidária: desafios e perspectivas. *In: Revista Educação*. Santa Maria. v. 30, nº 3, p. 577-588, set./dez.2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reveducacao/article/view/6481>. Acessado em: 21 nov. de 2016.

ADAMS, Telmo; FERRARINI, Adriane Vieira. A educação popular na formação de trabalhadores da economia solidária: avanços políticos e desafios pedagógicos. *In: Ciências sociais Unisinos*, São Leopoldo, v.51, nº 2, p.212-221, 01 janeiro 2015. Disponível em: <https://doaj.org/article/7377ae6f6fce47beaf25fdaae142ec16>. Acessado em: 21 nov. de 2016.

AGÊNCIA SENADO. **Política Nacional de Economia Solidária é aprovada no Senado**. Publicado em: 11/12/2019. 22h30. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/12/11/politica-nacional-de-economia-solidaria-e-aprovada-no-senado>. Acesso em: 23 jan. 2020.

ALVARENGA, Darlan; SILVEIRA, Daniel. Desemprego no Brasil atinge recorde de 14,1% no trimestre encerrado em agosto, diz IBGE. **G1 Globo**. Caderno Economia. Publicado em: 30/10/2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/10/30/desemprego-no-brasil-sobe-para-144percent-em-agosto-diz-ibge.ghtml>. Acesso em: 3 nov. 2020.

AMMANN, Safira Bezerra. Cidadania e exclusão social: o mundo desenvolvido em questão. *In: Revista Serviço Social & Sociedade*. Estado e Regulação Social, São Paulo: Cortez, nº 76, Ano XXIV, p.118-142, nov. 2003.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 4 ed. São Paulo: Boitempo, 2001.

ANTUNES, Ricardo; PINTO, Geraldo Augusto. **A fábrica da educação: Da especialização taylorista à flexibilização toyotista**. São Paulo: Cortez, 2018. (Coleção Questões da Nossa Época Livro 58).

ARRUDA, Marcos. **Estratégias de formação no campo da economia dos setores populares**. Seminário Economia dos Setores Populares: Sustentabilidade e Estratégias de Formação. Universidade Católica do Salvador e CAPINA – dezembro de 2006. 26p.

ARRUDA, Marcos. **Tornar real o possível a formação do ser humano integral, economia solidária, desenvolvimento e o futuro do trabalho**. Petrópolis - RJ: Vozes, 2006.

ARRUDA, Marcos. **Educação para uma pedagogia do amor. Educação da Práxis e Economia Solidária**. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2009.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Decreto Estadual Nº 41.062, de 21 de setembro de 2001.** Institui o Programa de Economia Popular Solidária e dá outras providências. Disponível em: http://www.al.rs.gov.br/Legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXT0&Hid_TodasNo rmas=1584&hTexto=&Hid_IDNorma=1584. Acesso em: 23 jan. 2020.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Plano de Trabalho.** Subcomissão de Economia Solidária. Porto Alegre - RS: 2015. p.3. Disponível em: http://www.al.rs.gov.br/FileRepository/repdcp_m505/SubEconSolid%C3%A1ria/2.%20Plano%20de%20Trabalho.pdf. Acesso em: 23 jan. 2020.

ATLAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL 2005. Brasília, MTE, SENAES, 2006, p. 1-15. Tiragem: 2000 Exemplares. Disponível em: http://base.socioeco.org/docs/sies_atlas_parte_1.pdf. Acesso em: 5 mai. 2018.

BARBOSA, R. C. **Educação Popular e a construção de um poder ético.** Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/078/78barbosa.htm>. Acessado em: 21 de nov. de 2016.

BARDIN, Laurece. **Análise de conteúdo.** 3 ed. Lisboa: Editora 70, 2004.

BENINI, Édi A. [et al.]. (Org.). **Gestão pública e sociedade: fundamentos e políticas públicas de Economia Solidária.** 2 ed. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

BEZERRA, Aída; KRAYCHETE, Gabriel; AGUIAR, Kátia; COSTA, Ricardo. **CAPINA - Sustentabilidade dos Empreendimentos Populares:** uma metodologia de formação. *In:* Maiara Fonseca e Rosana Lobato. (Orgs.). Porto Alegre/RS: Catarse, Coletivo de Comunicação, 2010. Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/Sustentabilidade_dos_Empreendimentos%20Populares_uma_medotologia_de_formacao_LIVRO.pdf. Acesso em: 17 out. 2016.

BRANDAO, Carlos Rodrigues. **Educação Popular.** 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BRANDAO, Carlos Rodrigues. Prefácio à terceira edição. Por que uma nova edição? *In:* FREIRE, Paulo; NOGUEIRA, Adriano. *In:* **Que fazer. Teoria e prática em educação popular.** 5 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1999. p. 09-68.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A Educação Popular na escola cidadã.** São Paulo: Editora Vozes, 2002.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação Popular.** Disponível em: <http://ifibe.edu.br/arq/201509112220031556922168.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2017.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **DCR 1/2015. Denúncia por Crime de Responsabilidade em desfavor da Presidente da República Sra. Dilma Vana Rousseff.** Brasília: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=205782>
3. Acesso em: 06 jan. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Título VII, Da Ordem Econômica e Financeira - Capítulo I, Dos Princípios Gerais da Atividade Econômica, Art. 174. Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_03.07.2019/art_174_.asp p. Acesso em: 5 mar. 2017.

BRASIL. DOU. **Recomendação nº 8, de 4 de julho de 2012**. Recomenda Termo de Referência contendo princípios e diretrizes político-metodológicos para orientar os planos, programas e ações de formação e assessoria técnica em economia solidária desenvolvidos no âmbito do Plano Plurianual (PPA 2012-2015) do Governo Federal. Disponível em: http://www.editoramagister.com/legis_23721042_RECOMENDACAO_N_8_DE_4_DE_JULHO_DE_2012.aspx. Acesso em: 13 set. 2020.

BRASIL. DOU. FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. **Resolução nº 2, de 9 de abril de 2020**. Dispõe sobre a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE durante o período de estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus - Covid-19. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=13/04/2020&jornal=515&pagina=27>. Acesso em: 13 set. 2020.

BRASIL. **Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937**. Legislação Informatizada. Publicação Original. Dá nova organização ao Ministério da educação e Saúde Pública. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-378-13-janeiro-1937-398059-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 13 ago. 2019.

BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nºs 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº-2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm. Acesso em: 13 ago. 2019.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 1 out. 2016.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011**. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12513.htm. Acesso em: 3 out. 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Fundação Capes**. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/>. Acesso em: 1 out. 2016.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Plano de Educação Popular no Brasil**. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=d4lize1JjAAC&pg=PA12&lpg=PA12&dq=plano+nacional+de+educa%C3%A7%C3%A3o+popular&source=bl&ots=tZXpbRTXWN&sig=02wpYjyTeZWlh-HjUqAeEyHcWfY&hl=pt-BR&sa=X&ved=0CFMQ6AEwCWoVChMIgcC7gtXeyAIVAYaQCh2HcwGI#v=onepage&q=plano%20nacional%20de%20educa%C3%A7%C3%A3o%20popular&f=false>. Acesso em: 24 out. 2016.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO. **O que é Economia Solidária**. Disponível em: <http://trabalho.gov.br/trabalhador-economia-solidaria>>. Acesso em: 9 abr. 2018.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011**. Instituiu o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/190-secretarias-112877938/setec-1749372213/30931-programa-nacional-de-acesso-ao-ensino-tecnico-e-emprego>. Acesso em: 5 mar. de 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Centros de Formação em Economia Solidária**. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2013/02/brasil-implanta-centros-de-economia-solidaria-em-42-municipios>. Acesso em: 5 mar. de 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. SENAES. **I Oficina nacional de formação / educação em economia solidária (Documento final)**. Disponível em: http://base.socioeco.org/docs/i_oficina_nacional_formacao_educacao_em_economia_solidaria.pdf. Acesso em: 22 fev. 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO. SENAES. DED. Implantação dos CFES 2007-2010. **Manual de preenchimento de formulário de inscrição das instituições para implantação de Centros de Formação em Economia Solidária - CFES - 2007 a 2010**. Disponível em: file:///C:/Users/rochele/Downloads/Centros_Formacao_ES_2007_2010_ANEXO_III.pdf. Acesso em: 29 jul. 2019.

BRASIL. **Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971**. Lei do Cooperativismo. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5764.htm. Acesso em: 5 nov. 2020.

BRASIL. **Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012**. Lei do Cooperativismo. Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho; institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho - PRONACOOP; e revoga o parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-

2014/2012/lei/l12690.htm#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20organiza%C3%A7%C3%A3o%20e,o%20par%C3%A1grafo%20%C3%BAnico%20do%20art. Acesso em: 5 nov. 2020.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 4685/2012.** Dispõe sobre o Plano Nacional de Economia Solidária e sobre os Empreendimentos Econômicos Solidários. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7268323&disposition=inline>. Acesso em: 6 abr. 2018.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 317/2017.** Dispõe sobre a Política Nacional de Economia Solidária e os empreendimentos econômicos solidários, cria o Sistema Nacional de Economia Solidária e dá outras providências. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/131528>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

BRASIL. SECRETARIA DE POLÍTICA ECONÔMICA DO MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Fazenda divulga Relatório sobre a Distribuição da Renda no Brasil.** Publicado em: 10/05/2016. Disponível em: www.fazenda.gov.br. Acesso em: 19 janº 2017.

BRASIL. SECRETARIA NACIONAL DE ARTICULAÇÃO SOCIAL. **Marco de referência da Educação Popular para as políticas públicas.** Disponível em: <http://conae2014.mec.gov.br/images/pdf/MarcodeReferencia.pdf>. Acesso em: 23 out. 2016.

BRASIL. SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA - SENAES. Caderno Temático. Conferência Temática de Formação e Assessoria Técnica. Inº **IIª CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA – CONAES.** Conferências Temáticas. Brasília, maio 2010. pp. 09-20. Disponível em: file:///C:/Users/rochele/Downloads/II_CONAES_caderno_tematico.pdf. Acesso em: 29 jul. 2019.

BRASIL. SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICA ECONÔMICA DO MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Fazenda divulga Relatório sobre a Distribuição da Renda no Brasil.** Publicado em: 10/05/2016. Disponível em: www.fazenda.gov.br. Acesso em: 19 janº 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Termo de Referência do Plano Nacional de Qualificação.** 28/06/2012. 36p. Disponível em: <http://portalfat.mte.gov.br/wp-content/uploads/2016/02/Termo-de-Refer%C3%A7%C3%A3o-1.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2017.

BRAVO, Maria Inês Souza; PEREIRA, Potyara A. P. (Orgs). **Política Social e Democracia.** São Paulo: Editora Cortez, 2002.

CARVALHO, Carlos Henrique & NETO, Wenceslau Gonçalves. **A formação do pesquisador e a dimensão ético-profissional.** História e Perspectivas, Uberlândia, (52), p. 51-64, jan./jul. 2015.

CARVALHO, Ricardo Augusto Alves de; PIRES, Sanyo Drummond. Em busca de novas solidariedades: os empreendimentos da economia social em questão. *In: Sociedade e Estado*. v.16, nº (1-2), p.159-185 junº/dec. 2001. Disponível em: <https://search.proquest.com/docview/1553437299?gathStatlcon=true&pq-origsite=primo>. Acesso em: 4 set. 2020.

CATTANI, Antonio David. **Trabalho e Autonomia**. 2 ed. Petrópolis Editora Vozes, 2000.

CATTANI, Antonio David. (Org.). **Trabalho: horizonte 2021**. Porto Alegre Escritos, 2014.

CÁRITAS BRASILEIRA. **Entenda a proposta do Centro de Formação em Economia Solidária**. Publicado em: 17/05/2013. Disponível em: http://www.adital.com.br/site/noticia_imp.asp?lang=PT&img=S&cod=75338. Acesso em: 4 nov. 2016.

CÁRITAS BRASILEIRA. **Projetos em Economia Solidária**. Disponível em: <http://caritas.org.br/projeto>. Acesso em: 1 nov. 2020.

CENAUMPRODUÇÕES. **Recid - Educação Popular**. Duração: 11:30. Publicado em 27 de dez de 2014. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Rvq7D_zdwPk. Acesso em: 21 nov. 2016.

CENTRO DE ESTUDOS E ASSESSORIA – CEA. **Manual de Boas Práticas em Economia Solidária no Brasil**. 1 ed. Brasília, mai. 2016. p. 42. Disponível em: <http://fbes.org.br/>. Acesso em: Acesso em: 16 mar. 2019.

CENTRO MULTIPROFISSIONAL - CAMP. **Curso EAD: Economia Solidária – Todas as formas de fazer Economia**. Publicado em: 28/08/2020. Disponível em: <http://camp.org.br/2020/08/28/curso-ead-economia-solidaria-todas-as-formas-de-fazer-economia/>. Acesso em: 3 out. 2020.

CIRANDAS. FORUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. Disponível em: <http://cirandas.net/fbes/o-que-e-o-cirandas>. Acesso em: 5 mai. 2018.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). Portal de Periódicos. Disponível em: <https://www-periodicos-capes-gov-br.ez94.periodicos.capes.gov.br/index.php?> Acesso em: 7 nov. 2020

CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA - CONAES. **Documento Final. I Conferência Nacional de Economia Solidária**. Economia Solidária como Estratégia e Política de Desenvolvimento. Brasília, 26 a 29 de junho de 2006, p. 26. Disponível em: <http://www.solidarius.com.br/biblioteca/conaes.anais.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2016.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA - CONAES. Documento Final. **II Conferência Nacional de Economia Solidária**. Pelo Direito de Produzir e Viver em Cooperação de Maneira Sustentável. Brasília, 16 a 18 de junho de 2010, p. 46. Disponível em:

https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Economia_Solidaria_I/deliberacoes_2_conferencia_economia_solidaria.pdf. Acesso em: 21 nov. 2016.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 3.; 2014, Brasília.

CONFERÊNCIA TEMÁTICA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA, EDUCAÇÃO E AUTOGESTÃO, 1.; 2014, Brasília. Disponível em: http://cirandas.net/articles/0028/0633/doc_final_Confer%C3%Aancia_Tem%C3%A1tica_educa%C3%A7%C3%A3o_autogest%C3%A3o.pdf. Acesso em: 14 set. 2020.

CONGRESSO DE PESQUISADORES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 1, 2015, São Carlos. **Anais**. São Carlos: Diagrama Editorial, 2015. Disponível em <http://www.conpes.ufscar.br/trabalhos>. Acesso em: 28 out. 2015.

CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. Resolução nº 5, de 19 de junho de 2013. **Convocatória para a III Conferência Nacional de Economia Solidária**. Disponível em: <http://unicafes.org.br/noticia/491>. Acesso em: 04 fev. 2019.

CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA - CNES. **III Conferência Nacional de Economia Solidária**. Construindo um Plano Nacional da Economia Solidária para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável. Texto Base. Contextualização e balanço nacional. CNES/SENAES/MTE: Brasília, 2014. p. 36. Disponível em: http://www.participa.br/articles/public/0007/9338/ANEXO_I_-_Texto_de_Referncia.pdf. Acesso em: 5 fev. 2019.

CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA - CNES. **1º Plano Nacional de Economia Solidária (2015-2019)**: para promover o direito de produzir de forma associativa e sustentável. Brasília, p. 44, 2015. Disponível em: http://www.unisolbrasil.org.br/2015/wp-content/uploads/2015/06/plano_nacional_de_ecosol_12062015_com_capa.pdf. Acesso em: 8 set. 2019.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **Sobre a Ética em Pesquisa**. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/reso510.pdf>. Acesso em: 6 abr. 2018.

COOPERATIVA E APOIO A PROJETOS DE INSPIRAÇÃO ALTERNATIVA - CAPINA. **Formação em Economia Solidária**. Disponível em: <https://www.capina.org.br/blog>. Acesso em: 6 janº 2018.

CORAGGIO, José Luis. Economia Social e Solidária os alcances do projeto e da política *In*: SOUZA, André Ricardo; ZANIN, Maria. (Orgs.). *In: A Economia Solidária e os desafios globais do trabalho*. São Paulo: UFSCar, 2017. p. 31-46.

COUTINHO, Mauricio Chalfinº **Marx**: notas sobre a Teoria do Capital. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christianº **A nova razão do um mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução Mariana Echalar. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI**. Tradução Mariana Echalar. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2017. Recurso digital (Estado de Sítio).

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian^o Dardot e Laval: “nova” fase do neoliberalismo. **Outras Mídias**. Crise civilizatória. Publicado em: 29/07/2019 às 15:07 - Atualizado 24/12/2019 às 09:51. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/dardot-e-laval-a-nova-fase-do-neoliberalismo/>. Acesso em: 28 jul. 2020.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e construção do conhecimento**: metodologia científica no caminho de Habermas. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro, 2002.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS - DIEESE. **Subsídios para a Economia Solidária**. São Paulo: DIEESE, 2014. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/livro/2014/subsidioEconomiaSolidaria.pdf>. Acesso em: 7 mai. 2018.

ECO, Umberto. **Como se Faz uma Tese em Ciências Humanas**. Queluz de Baixo, Portugal: Ed. Presença, 1998.

FARIA, José Henrique de. **Gestão Participativa**: relações de poder e de trabalho nas organizações. São Paulo: Atlas, 2009. Disponível em: <http://eppee.pro.br/wp-content/uploads/2016/02/Gest%C3%A3o-Participativa1.pdf>. Acesso em: 28 set. 2020.

FARIA, Maurício Sardá de. **Autogestão, cooperativa, economia solidária**: avatares do trabalho e do capital. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Florianópolis – SC UFCS, 2005. p. 411. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/102636>. Acesso em: 4 set. 2020.

FEDERAÇÃO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE BENS E SERVIÇOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – FECOSUL. **Economia Solidária recupera empresas falidas e cria novos postos de trabalho**. Publicado em: 09/01/2008. Disponível em: http://fecosul.com.br/noticias/economia_solidaria_recupera_empresas_falidas_e_cria_novos_postos_de_trabalho. Acesso em: 23 ago. 2020.

FERRARINI, Adriane. Política pública brasileira de formação de formadores de trabalhadores em economia solidária: fundamentos, avanços e desafios. *In: Outra Economia, Revista Latinoamericana de Economia Social y Solidaria*. São Leopoldo, v. 5, nº 9, 2011. Disponível em: <https://www.revistaotraeconomia.org/index.php/otraeconomia/article/view/otra.2011.59.06/903>. Acesso em: 23 ago. 2020.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA – FBES. **Histórico**. Disponível em: <https://fbes.org.br/linha-de-tempo/>. Acesso em: 16 mar. 2019.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA – FBES. **Características dos Empreendimentos Econômicos Solidários**. Disponível em: <https://fbes.org.br/linha-de-tempo/>. Acesso em: 16 mar. 2019.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA – FBES. **Economia Solidária**. Disponível em: <http://fbes.org.br/>. Acesso em: 16 mar. 2019.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA – FBES. **Rede de gestores em Economia Solidária**. Disponível em: <https://fbes.org.br/linha-de-tempo/>. Acesso em: 1 nov. 2020.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA - FBES. Um olhar do Fórum Brasileiro de Economia Solidária sobre a II Conferência Nacional de Economia Solidária. **Boletim Mercado de Trabalho – conjuntura e análise**. Brasília, nº 44, 2010.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA - FBES. **III Plenária Nacional da Economia Solidária**. Realizada em: 29/06/2003. Disponível em: file:///C:/Users/rochele/Downloads/III_plenaria_nacional_ES_relato.pdf. Acesso em: 29 jul. 2019.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA - FBES. **Rumo à IV Plenária Nacional de Economia Solidária**. Documento-Base nacional 10 de março de 2008. Disponível em: file:///C:/Users/rochele/Downloads/IV_plenaria_FBES_documento_base_nacional_10_mar2008.pdf. Acesso em: 29 jul. 2019.

FREIRE, Ana Maria Araújo. Educação para a paz segundo Paulo Freire. *In: In: Revista Educação*, Porto Alegre – RS, ano XXIX, nº 2 (59), p. 387-393, maio/ago. 2006. Disponível em: <file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/449-1670-2-PB.pdf>. Acesso em 12 janº 2017.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido: saberes necessários à prática educativa**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. – (Coleção Leitura).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 23 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002. – (Coleção Leitura).

FREIRE, Paulo. **Educação e atualidade brasileira**. 3 ed. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freires, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 39 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

FREIRE, Paulo. **Política e educação**. Revisada e ampliada. 8 ed. Indaiatuba, São Paulo: Vila das Letras, 2007. (Coleção Dizer a Palavra).

FREIRE, Paulo; NOGUEIRA, Adriano. **Que fazer. Teoria e prática em educação popular**. 5 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

FREIRE, Paulo; TORRES, Carlos Alberto. **Estado e Educação Popular na América Latina**. Campinas: Papirus, 1992.

GADOTTI, Moacir. **Caminhos e significados da Educação Popular em diferentes contextos**. Cadernos de EJA, v 06. São Paulo: IPF, 1999.

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais da educação**. São Paulo Perspec. [online]. 2000, v.14, nº 2, p. 03-11. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n2/9782.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2017.

GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação**: um estudo introdutório. 16 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

GADOTTI, Moacir. **Economia Solidária como práxis pedagógica**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

GAIGER, Luiz Inácio. A outra racionalidade da economia solidária. Conclusões do primeiro Mapeamento Nacional no Brasil. *In: Revista Crítica de Ciências Sociais*, 79, p. 57-77, dezembro 2007. Disponível em: file:///C:/Users/User/Documents/Doutorado/Pesquisa%20Tese/2018/revista_critica_Artigo_Dados_Primeiro_Mapeamento_ES.pdf. Acesso em: 5 mai. 2018.

GAIGER, Luiz Inácio; Grupo ECOSOL. **A Economia Solidária no Brasil**: uma análise de dados nacionais. São Leopoldo – RS: Editora Oikos, 2014.

GAIGER, Luiz Inácio; Ferrarini, Adriane; Veronese, Marília. O Conceito de Empreendimento Econômico Solidário: Por uma Abordagem Gradualista. *In: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v.61, nº 1, 2018, pp.137-169. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582018000100137>. Acesso em: 7 nov. 2020.

GAMBOA, Silvio S. **Pesquisa em educação: métodos e técnicas**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GODOI, Janete; CAMPOS, Rosânia. A relação público-privado que se estabelece no PRONATEC no ensino médio profissionalizante. *In: Fundación Dialnet*, Roteir Issue 1, p.183-204, 2014.

GOMES, Marcel. Quem financia o desenvolvimento? *In: Revista de informações e debates do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*. Ano 9. Edição 73 - 28/08/2012. São Paulo: IPEA, 2012. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2806:catid=28&Itemid=23. Acesso em: 29 abr. 2018.

GUILLERM, Alain; BOURDET, Yvon^o **Autogestão**: uma mudança radical. Tradução: Hélio Pólvora. Biblioteca de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 11 ed. Tradução Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. Tradução Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

HARVEY, David. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. Tradução de Joao Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo**. Tradução de Rogério Bettoni. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

HENRIQUES (et. al.). Empresas recuperadas por trabalhadores no Brasil: resultados de um levantamento nacional. *In: IPEA. In: Economia Solidária e Políticas Públicas. Mercado de Trabalho*, nº 55, ago., 2013. pp. 55-67.

HOFF, Luíza Rutkoski; BELLINI, Maria Isabel Barros. Capítulo 3. Reflexos do modelo neoliberal na condução das políticas públicas: é possível efetivar a intersectorialidade? pp. 197-216. *In: GUIMARÃES, Gleny Terezinha Duro; MACIEL, Ana Lúcia Suárez; GERSHENSON, Beatriz. In: Neoliberalismo e desigualdade social: reflexões a partir do Serviço Social*. Porto Alegre - RS: EDIPUCRS, 2020.

HOLANDA, Sergio Buarque. **Raízes do Brasil**. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2004.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 2 ed., São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Vilela.; CARVALHO, Raúl. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 36 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo 2010: educação e deslocamento**. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/545/cd_2010_educacao_e_deslocamento.pdf. Acesso em: 25 out. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo 2010: trabalho e rendimento**. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/biblioteca/visualizacao/periodicos/1076/cd_2010_trabalho_rendimento_amostra.pdf. Acesso em: 19 janº 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Características da população urbana e rural no Brasil**. Disponível em: www.ibge.gov.br/estatistica/populacao/censo2010/. Acesso em: 18 fev, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Uma análise das condições de vida da população brasileira 2015**. Disponível em: www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/sinteseindicisociais2015/. Acesso em: 19 junº 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Indicadores IBGE**. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Divulgação especial. Medidas de subutilização da força de trabalho no Brasil. Primeiro trimestre de 2018. Publicado em 17/05/2018. 19 p. Disponível em: file:///C:/Users/Acer/Downloads/pnadc_201201_201801_trimestre_novos_indicadores.pdf. Acesso em: 9 set. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Projeção da População brasileira em 2020**. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/box_popclock.php. Acesso em: 24 set. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Educa Brasil 2020**. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18317-educacao.html>. Acesso em: 24 set. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. **População do Brasil 2020/2021**. Publicado em 6/1/2021 às 21:20:07. Disponível em: https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:f9XepOHUZi0J:https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/box_popclock.php+&cd=11&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br. Acesso em: 06 jan. 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. Governo Federal. Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. **Carta de Conjuntura**. Junho de 2016, nº 23. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/cc23_completa.pdf. Acesso em: 20 nov. 2017.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **Carta Conjuntura 2019**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/tag/taxa-de-desemprego/>. Acesso em: 06 ago. 2019.

INSTITUTO MARISTA DE SOLIDARIEDADE. Autogestão em Rede. Os educadores e educadoras da Economia Solidária. **Cartilha. Centro de Formação em Economia Solidária Região Sudeste - SE**. Belo Horizonte: ICM/ CFES SE, 2012. p.27. Disponível em: file:///C:/Users/rochele/Downloads/Cartilha_CFES_Autogestao_em_rede_SP.pdf. Acesso em: 29 jul. 2019.

INSTITUTO PAULO FREIRE. **Conceito de sujeito - o que é, definição e significado**. Disponível em: <http://conceito.de/sujeito#ixzz4OgKeneXz>. Acesso em: 31 out. 2017.

JACINTO, Claudia. Educación y trabajo en tiempos de transiciones inciertas. UCU. Departamento de Educación. **Revista Páginas de Educación**. Educación y Trabajo

en tiempos de transiciones inciertas, v. 9, n. 2, p. 1-13, 2016. Publicado em 02/12/2016. Disponível em: <https://revistas.ucu.edu.uy/index.php/paginasdeeducacion/article/view/1299>. Acesso em: 27 nov. 2020.

JIMENEZ, Susana Vasconcelos. Trabalho e a educação do trabalhador: desafios atuais. In^o MAGALHÃES, Belmira; BERTOLDO, Edna. (Orgs.). *In^o Trabalho, educação e formação humana*. Maceió – AL: Ed. UFAL/CEDU, 2005. p. 243-254.

JORNAL O FLUMINENSE. Economia Solidária: opção para a retomada econômica do Rio de Janeiro. Publicado em: 16/08/2020. *Online*. Disponível em: <https://www.ofluminense.com.br/cidades/33-rio-de-janeiro/8023-economia-solidaria-opcao-para-a-retomada-economica-do-rio-de-janeiro>. Acesso em: 3 out. 2020.

JÚNIOR, Dirley da Cunha. A Legitimidade democrática da jurisdição constitucional e seu papel histórico na proteção é efetivação dos direitos fundamentais. pp. 147- 180. In: SGARBOSSA, Luís Fernando. (Org.). *In: Desafios da democracia contemporânea: entre constitucionalismo e democracia*. 1 ed. Curitiba: Instituto Memória Editora - Centro de Estudos da Contemporaneidade, 2018.

KRAYCHETE, Gabriel. **II Oficina Nacional sobre formação em economia Solidária**. Painel II - A formação para a organização autogestionária e qualificação para a eficiência econômica. FBES. Brasília, 16 de abril de 2007. Disponível em: <http://fbes.org.br/acervo/>. Acesso em: 6 jan^o 2018.

KUYVEN, Patrícia Sorgatto; KAPPES, Sylvio Antonio. **Cartilha informativa**. Resultado do II Mapeamento da Economia Solidária Região Sul. Coordenação Luiz Inácio Gaiger. Grupo Ecosol. São Leopoldo: Unisinos, 2013. 40p. Tiragem 1.500 exemplares. Disponível em: <http://sies.ecosol.org.br/images/resultado/ii-mapeamento-da-economia-solidaria-regiao-sul-cartilha-informativa.pdf>. Acesso em: 6 out. 2020.

LADEIA, Carlos R.; NATÁRIO, Elisete G. Autogestão no Capitalismo uma equação complicada. In: **Revista Marxismo e Autogestão**. Autogestão e Ideologia, Ano 1, v. 1, n^o 1, p. 215-230, jan^o/jun^o 2014. Disponível em: <https://redelp.net/revistas/index.php/rma/article/view/17ladeianatarario1/71>. Acesso em: 26 set. 2020.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. Tradução Mariana Echalar. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2019. Recurso digital (Estado de Sítio).

LAVILLE, Jean-Louis. Trabalho e socioeconomia. In: CATANNI, Antonio David. (Org.) *In: Trabalho: horizonte 2021*. Porto Alegre: Escritos Editora, 2014. pp. 167-178. Disponível em: <http://www.jeanlouislaville.fr/wp-content/uploads/2015/06/trabalho-e-socioeconomia.pdf>. Acesso em: 24 out. 2017.

LEITÃO, Alexander Chagas. **Economia Solidária: ideologia no cotidiano do trabalho associado**. 2018. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (Mestrado). p. 124. Porto Alegre PUCRS, 2018. Disponível em: <http://primo->

pmtna01.hosted.exlibrisgroup.com/PUC01:PUC01:puc01000489228. Acesso em: 20 set. 2020.

LÖWY, Michael. O golpe de Estado de 2016 no Brasil. Blog Boitempo. Tradução de Mariana Echalar. *In: Carta Maior*. Publicado em 19/5/2016. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/O-golpe-de-Estado-de-2016-no-Brasil/4/36139>. Acesso em: 06 jan. 2021.

MACHADO, Aline Maria Batista. **Serviço Social e Educação Popular**: diálogos possíveis, a partir de uma perspectiva crítica. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, Cortez, n 109, 2012.

MACHADO, Aline Maria Batista; SANTOS, Ana Carla dos Santos & SOARES, Elaila Andrius de Moraes. Serviço Social e Educação Popular: um recorte dos estudos produzidos no período de 1980 - 2010 no Brasil. **Revista Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 13, n 2, p. 337-354, jul./dez., 2014. Porto Alegre: PUCRS, 2014.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **O uso de Abordagens Qualitativas na Pesquisa em Serviço Social**. Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Identidade nº 1. 2 ed. São Paulo: PUCSP, 1994.

MARTÍN, Fernando Savater. **O Valor de Educar**. Portugal: Dom Quixote, 2006. Disponível em: <https://www.ffms.pt/conferencia-depois/10/o-valor-de-educar>. Acesso em: 17 set. 2017.

MARX, Karl. O processo de produção do capital. Livro Primeiro. Tomo 2. Capítulos XIII a XXV. *In: _____*. *In: O Capital*. Crítica da economia política. Tomo 2. Tradução Régis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo. Editora Nova Cultura, 1996.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômicos-Filosóficos**. Texto Integral. Tradução: Alex Marins. São Paulo: Editora Martin Claret, 2002.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução e introdução de Florestan Fernandes. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **O Capital** (compêndio). Carlo Cafiero; tradução Ricardo Rodrigues. São Paulo. Hunterbooks, 2014.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Tradução Luis Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 2002. (Classicos).

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Tradução Luis Claudio de Castro e Costa. 1 ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social**. 21 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Introdução ao desafio do conhecimento. Capítulo I, p. 21-34. *In: _____*. *In: O desafio do conhecimento*: pesquisa qualitativa em saúde. 12 ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

MELO, Karine. Brasil teve mais de mil pessoas resgatadas do trabalho escravo em 2019. **Agência Brasil**. Publicado em 28/01/2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2020-01/brasil-teve-mais-de-mil-pessoas-resgatadas-do-trabalho-escravo-em>. Acesso em: 1 mar. 2020.

MORAES, Rochele Pedrosa de. **Diário de Campo - 19/07/2014**. Registros do debate no Café Solidário. 21ª FEICOOOP, em Santa Maria/RS. Mestrado em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS. Porto Alegre, jul. 2014.

MORAES, Roque. Análise de Conteúdo. *In: Revista Educação*, PPGE PUCRS, Porto Alegre, v. 22, nº 37, p. 7-31, 1999. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4125089/mod_resource/content/1/Roque-Moraes_Analise%20de%20conteudo-1999.pdf. Acesso: em 2 jul. 2020.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL – NU Brasil. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/4>. Acesso em: 24 set. 2020.

NASCIMENTO, Cláudio; SANTOS, Aline Mendonça dos. Paul Singer e a Pedagogia da Autogestão na Economia Solidária. *In: Revista Trabalho Necessário*, [s. l.], v. 17, nº 34, p. 153-170, set./dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/38048>. Acesso em: 7 ago. 2020.

NESPOLO, Nelsa Inês Fabian^o **Tramando certezas e esperanças**. A história não para... E-book. São Leopoldo/RS: Oikos, 2014. Disponível em: <https://www.justatrama.com.br/wp-content/uploads/2019/07/Tramando-Certezas-e-Esperan%C3%A7a-Nelsa-Fabian-Nespolo.pdf>. Acesso em: 24 set. 2020.

NEVES, Ednalva Felix das. **A capacitação para a gestão de empreendimentos de Economia Solidária**: experiências e propostas. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Política Científica e Tecnológica. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Geociências. Campinas, 2009. 200 flhs. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/NevesEdnalvaFelixdas.pdf>. Acesso em: 17 out. 2017.

NETTO, Leila Escorsim. **O conservadorismo clássico**: elementos e caracterização e crítica. São Paulo: Cortez, 2011.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. Partidos, movimentos, democracia: riscos desafios do século XXI. *In: Estado da Arte*. Publicado em 18/4/2020. Disponível em: <https://estadodaarte.estadao.com.br/partidos-movimentos-democracia-riscos-desafios-xxi/>. Acesso em: 06 jan. 2021.

OLIVEIRA, Daniela de; ELY, Helena Bins. (Orgs.). **A política pública de educação em economia solidária através do CFES Sul**. CAMP. Porto Alegre: Dialogar, 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Disponível em: <https://nacoesunidas.org/>. Acesso em: 19 mar. 2020.

OSMAR, Fávero. **Educação Popular**: histórico e desafio - Osmar Fávero (parte 01). Conferência do Prof. Dr. Osmar Fávero, da Universidade Federal Fluminense para a 3ª Turma de Licenciatura em Educação do Campo - LEDOC, no auditório da Faculdade UnB de Planaltina - FUP, em 30 de novembro de 2010. Enviado em 16 de dez de 2010. Duração: 10:50. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wY4gFYW2ey0>. Acesso em: 21 nov. 2017.

PALUDO, Conceição. **Educação Popular em busca de alternativas**: uma leitura desde o campo democrático e popular. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.

PEREIRA, Dulcinéia de Fátima Ferreira; PEREIRA, Eduardo Tadeu. Revisitando a história da Educação Popular no Brasil: em busca de um outro mundo possível. *In: Revista HISTEDBR*, Campinas, nº 40, p. 72-89, dez. 2010. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/40/art05_40.pdf. Acesso em: 21 nov. 2017.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser; WILHEIM, Jorge; SOLA, Lourdes. (Orgs.). *In: Sociedade e Estado em transformação*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: ENAP, 1999.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Globalização e competição: porque alguns países emergentes têm sucesso e outros não**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. Estado, sociedade e esfera pública. *In: CFESS/ABEPSS. In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais*. Brasília - DF: CFESS, 2009. p. 285-300.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira e PEREIRA, Camila Potyara. **Marxismo e política social**. Brasília: Ícone Gráfica e Editora, 2010.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. **Curso Políticas Sociais**. Ministrado no Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais, da UFRGS, em 16 e 17/11/2017.

PÉREZ, Carlota. **Revoluciones Tecnológicas y Capital Financiero: La dinámica de las grandes burbujas financieras y las épocas de bonanza**. México, D.F.: Siglo XXI editores, 2004.

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. Tradução Monica Baumgarten de Bolle. 1 ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

PIKETTY, Thomas. **A economia da desigualdade**. Tradução de André Telles. Edição Digital. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca Ltda., 2015.

PIRES, Aline Suelen; LIMA, Jacob Carlos. Fábricas recuperadas pelos trabalhadores: os dilemas da gestão coletiva do trabalho. **Revista de Ciências Sociais Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades, pela Universidade Federal da Bahia**. v. 30, n 79, p. 69-87, 2017. Disponível em:

<https://portalseer.ufba.br/index.php/crh/article/view/19874/14945>. Acesso: em 7 nov. 2020.

PITAGUARI, Sinival Osório; LANZA, Líria Maria Bettiol; CORDEIRO, Sandra Maria Almeida. (Orgs.). **A sustentabilidade da Economia Solidária**: contribuições multidisciplinares. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2012. Disponível em: <http://www.uel.br/projetos/intes/img/biblioteca/96b3B2w66Z.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2019.

PLENÁRIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 5, 2012, Brasília.

POCHMANN, Marcio. Trabalho e formação. **Revista Seer**. Realidade e Educação. Seção temática: Temas multidisciplinares para educação. Faced, UFRGS, Porto Alegre, v. 37, n. 2, p. 491-508, mai./ago. 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/30490>. Acesso em: 27 nov. 2020.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação**: as origens de nossa época. São Paulo: Campus, 2000.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL. Biblioteca Central Ir. José Otão. Modelo elaborado pela equipe de bibliotecários da Biblioteca Central da PUCRS para auxiliar na apresentação de trabalhos acadêmicos, como monografias, trabalhos de conclusão de curso (TCCs), teses e dissertações. O modelo segue a **ABNT NBR 14724 – Trabalhos acadêmicos** e demais normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) relacionadas ao assunto, 2011. Disponível em: <https://biblioteca.pucrs.br/apoio-a-pesquisa/modelos-de-normas-tecnicas-de-documentacao/trabalhos-academicos-abnt/>. Acesso em: 19 nov. 2020.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL. Biblioteca Central Ir. José Otão. Modelo para apresentação de referências em documentos elaborado pela Biblioteca Central Irmão José Otão. O modelo segue a **ABNT NBR 6023 – Referências** normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), 2018. Disponível em: <https://biblioteca.pucrs.br/apoio-a-pesquisa/modelos-de-normas-tecnicas-de-documentacao/referencias-abnt/>. Acesso em: 19 nov. 2020.

PRATES, Jane Cruz; PRATES, Flávio Cruz. Problematizando o uso da técnica de Análise Documental no Serviço Social e no Direito. **Sociedade em Debate**. Pelotas, 15 (2): p.111-125, jul./dez.2009.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA. Educação Popular. *In: Cadernos de Formação*. Educação Popular e Direitos Humanos. São Paulo: Editora Instituto Paulo Freire, 2015. p. 41. Disponível em: https://www.paulofreire.org/images/pdfs/livros/Cadernos_Formacao_Educacao_Popular.pdf. Acesso em: 26 set. 2020.

REAL, Baltasar Garzón. Ética política e justiça no Brasil. pp. 50-52. *In: PRONER, Carol et al. In: A resistência ao golpe de 2016*. 1 ed. Bauru: Canal 6 Editora, 2016. (Projeto Editorial Práxis).

REDE BRASIL ATUAL. **Trabalhadores da Economia Solidária reivindicam política nacional para o setor.** Caderno Economia. Brasil Cooperativo. Redação RDA. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/economia/2018/05/trabalhadores-da-economia-solidaria-reivindicam-politica-nacional-para-o-setor/>. Acesso em: 03 dez. 2020.

REDE UBUNTU DE COOPERAÇÃO SOLIDÁRIA. **Informações Facebook.** Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/566905347266271/>. Acesso em: 1 out. 2020.

REIS, Carlos Nelson^o (Org.). **O sopro do Minuano:** transformações societárias e políticas sociais – um debate acadêmico. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

RIO GRANDE DO SUL. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. Decreto nº 49.803, de 08 de novembro de 2012. DOE nº 216 de 09 de novembro de 2012. **Dispõe sobre a criação do Conselho Estadual de Economia Solidária – CESOL RS.** Disponível em: www.al.rs.gov.br/repLegarquivos. Acesso em: 17 out. 2017.

RIO GRANDE DO SUL. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. **Lei nº 13.601, de 01 de janeiro de 2011.** Dispõe sobre a criação da Secretaria Estadual de Economia Solidária e Apoio à Micro e Pequena Empresa. Disponível em: www.sdect.rs.gov.br/historia-da-secretaria. Acesso em: 11 abr. 2018.

RIO GRANDE DO SUL. SECRETARIA DO TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Stas e BRDE preparam lançamento de microcrédito para auxiliar pequenos empreendedores.** Notícias. Publicação: 14/05/2020. Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/stas-e-brde-preparam-lancamento-de-microcredito-para-auxiliar-pequenos-empresarios>. Acesso em: 3 out. 2020.

RODRIGUEZ, Leon^o Autogestão e Formação. *In: Revista Marxismo e Autogestão.* Autogestão e Formação. Ano 1, v. 1, nº 1, p. 188-202, jan^o/jun^o 2014. Disponível em: <https://redelp.net/revistas/index.php/rma/article/view/15rodriguez1/69>. Acesso em: 26 set. 2020.

SANCHEZ, Fábio José Bechara. Autogestão, Economia Solidária e “Invenções” democráticas na América Latina. *In: SOUZA, André Ricardo; ZANIN, Maria. (Orgs.). In: A Economia Solidária e os desafios globais do trabalho.* São Paulo: UFSCar, 2017, pp. 85-93.

SANTOS, Francine Helfreich Coutinho. *In: Serviço Social e educação: a Educação Popular e o exercício profissional do assistente social.* 2012. p. 1-23. Disponível em: <https://libertas.ufjf.emnuvens.com.br/libertas/article/viewFile/2067/1503>. Acesso em: 17 out. 2017.

SATO, Leny; ESTEVES, Egeu; *In: SCHMIDT, Armênio Bello; LIMA, Sara de Oliveira Silva; SECHIM, Wanessa Zavarese. (Coord.). In: Economia solidária: caderno pedagógico educandas e educandos.* Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2010. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6013-caderno4-educando-economia-solidaria&Itemid=30192. Acesso em 14 set. 2020.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**. Ano I. Número I, julho de 2009. Disponível em: <http://www.rbhcs.com>. Acesso em: 28 dez 2016.

SENADO FEDERAL. Parecer nº 287 de 2019. Aprova...
<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=8055797&ts=1577358470186&disposition=inline>

SEQUEIROS, Leandro. **Educar para a solidariedade**. Projeto didático para uma nova cultura de relações entre os povos. Tradução Daisy Vaz de Moraes. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

SILVA, Luiz H. P. **Cordel da Economia Solidária**. Biblioteca do Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES. Disponível em: <https://fbes.org.br/acervo/>. Acesso em: 15 ago. 2019.

SILVA, Maria Ozanira da Silva; *et al.* Capítulo 3. A pesquisa, a produção e a divulgação de conhecimento dos programas de Pós-Graduação na área de Serviço Social, pp. 69-131. *In*: CARVALHO, Denise Bomtempo Birche de; SILVA, Maria Ozanira da Silva e. (Orgs.). *In*: **Serviço Social, Pós-Graduação e produção de conhecimento no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2005.

SILVA, Regilane Fernandes da; FILHO, Manoel Vital de Carvalho. Território e Economia Solidária: relações relevantes para construção do desenvolvimento sustentável. *In*: **IPEA. Economia Solidária e Políticas Públicas**. Mercado de trabalho, p. 1-10, 64 / abr. 2018. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8392/1/bmt_64_territ%C3%B3rio.pdf. Acesso em: 3 set. 2019.

SILVA, Sandro Pereira; CUNHA, Gabriela Cavalcanti; SILVA, Regilane Fernandes da. Mobilização social e deliberação participativa na formação da agenda governamental: uma análise processual das Conferências Nacionais de Economia Solidária. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. 2360 texto para discussão. Brasília, jan. 2018. Disponível em: https://www.econstor.eu/bitstream/10419/177576/1/td_2360.pdf. Acesso em: 8 abr. 2019.

SILVA, Sandro Pereira; NAGEM, Fernanda Abreu. A Economia Solidária na agenda das políticas públicas nacionais uma análise do Programa Economia Solidária em desenvolvimento. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. 1682 texto para discussão. Brasília, p. 40, dez. 2011. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1682.pdf. Acesso em: 8 abr. 2019.

SILVEIRA, Ricardo de Jesus. **Os movimentos sociais**. Unidade VI, Capítulo 15, pp. 222-233. *In*: TOMAZI, Nelson Dacio. [et al.]. *Iniciação à Sociologia*. 2 ed. Revista e Ampliada. São Paulo: Atual, 2000.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. 5 ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

SINGER, Paul. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. *In*: SINGER, P.; SOUZA, A. R. de. **A economia solidária no Brasil: autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2003. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1035451/mod_resource/content/0/Economia%20solid%C3%A1ria%20um%20modo%20de%20produ%C3%A7%C3%A3o%20e%20distr%20Paul%20singer.pdf. Acesso em: 1 out. 2020.

SINGER, Paul. Propagação mundial da Economia Solidária. *In*: SOUZA, André Ricardo; ZANIN, Maria. (Orgs.). **A Economia Solidária e os desafios globais do trabalho**. São Paulo: UFSCar, 2017. p. 15-21.

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES EM ECONOMIA SOLIDÁRIA – SIES. **Mapeamentos da Economia Solidária**. Disponível em: <http://sies.ecosol.org.br>. Acesso em: 6 mai. 2018.

SHOR, Ira e FREIRE, Paulo. **Medo e ousadia**. 11 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

SOUZA, André Ricardo; ZANIN, Maria. (Orgs.). **A Economia Solidária e os desafios globais do trabalho**. São Paulo: UFSCar, 2017.

SOUZA, Jessé. (Org.). **Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?** 2 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

SPOSATI, Aldaiza de Oliveira (et. al.). **A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise**. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

STRECK, Danilo. R. A Educação Popular e a (re)construção do público. Há fogo sob as brasas? *In*: **Revista Brasileira de Educação**, 2006.

SCHÖNARDIE, Paulo Alfredo. A educação popular em tessitura com as políticas públicas: ponderando estranhamentos e possibilidades. *In*: Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. *In*: **Revista de Educação Popular**, v. 17, nº 1, p.28-44, junº 2018, Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/40800>>. Acesso em: 26 set. 2020.

TAUILE, José Ricardo; RODRIGUES, Huberlanº **Economia Solidária e a Autogestão criação e recriação do trabalho e renda**. *In*: **Repositório do IPEA**. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5250/1/bmt_nº24_economiasolidaria.pdf. Acesso em: 4 set. 2020.

TIRIBA, Lia; PICANCO, Iracy. (Org.). **Trabalho e educação: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidária**. Aparecida: Ideias & Letras, 2004.

TIRIBA, Lia. Educação popular e pedagogia(s) da produção associada. *In: Cad. CEDES [online]*. v. 27, nº71, p.85-98, 2007 Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-32622007000100006&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em: 2 jul. 2020.

TIRIBA, Lia. Cultura do trabalho, autogestão e formação de trabalhadores associados na produção: questões de pesquisa. *In: Perspectiva* (Florianópolis, Brazil). v. 26, nº1, p.69-94, 1 abril 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/10295>. Acesso em: 4 set. 2020.

TORRES, Ana Elídia. Educação Popular e Economia Solidária: uma parceria potente na luta política. **I Congresso Internacional de Economia Solidária**. UFSCar, 2015. Disponível em: http://www.conpes.ufscar.br/wp-content/uploads/trabalhos/gt1/sessao-1/torres_ana_eldia.pdf. Acesso em: 1 out. 2020.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Partidos políticos registrados no TSE**. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/registrados-no-tse>. Acesso em: 20 dez. 2020.

UNIÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA - UNICAFES. **Programa de Educação do Cooperativismo Solidário**. Disponível em: <http://www.unicafes.org.br> Acesso em: 11 out. 2020.

UNISOL BRASIL. **O que são Sobras?** Disponível em: <http://www.unisolbrasil.org.br/o-que-sao-sobras-e-como-distribui-las/> Acesso em: 06 mai. 2018.

UNISOL BRASIL. **4ª Edição da Quintas de Formação: Reciclagem em tempos de pandemia!** Publicado em 25/09/2020. Disponível em: <http://portal.unisolbrasil.org.br/24307-2/>. Acesso em: 11 out. 2020.

UNISOL BRASIL. **Unisol Formação**. Disponível em: <http://portal.unisolbrasil.org.br/formacao/>. Acesso em: 11 out. 2020.

VARGAS, Tatiane Moreira. **Serviço Social e Educação Popular: caminhos que se cruzam na direção de processos emancipatórios**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS. Porto Alegre, 2014.

VIANA, Nildo. Autogestão Pedagógica ou Pedagogia Autogestionária. *In: Revista Marxismo e Autogestão*. Autogestão e Formação, Ano 2, v. 3, p. 1-15, janº/junº 2015. Disponível em: <https://redelp.net/revistas/index.php/rma/article/view/4viana03>. Acesso em: 26 set. 2020.

ZATTI, Vicente. **Autonomia e educação em Immanuel Kant e Paulo Freire**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

ZITKOSKI, Jaime. Educação Popular e Economia Solidária: um diálogo possível e necessário. *In: Revista Diálogo* [1519-3640], nº 17, p. 97-106. Canoas: Editora UniLasalle, 2010. Disponível em: <file:///C:/Users/consulta2b/Downloads/62-187-1-PB.pdf>. Acesso em: 1 ago. 2017.



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Graduação
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar
Porto Alegre - RS - Brasil
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564
E-mail: prograd@pucrs.br
Site: www.pucrs.br